

# DISCURSO RELATADO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE AVALIAÇÕES EXTERNAS

Adriana Santos Batista<sup>1</sup>

## Introdução

Neste artigo, objetiva-se discutir a inserção de palavras de terceiros em textos jornalísticos sobre educação por meio do discurso relatado e suas implicações discursivas; de modo mais específico, procura-se observar quais categorias têm enunciados autorizados a integrar essas publicações. Para tanto, tomam-se como base textos que têm como foco os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e da Prova Brasil, que compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), publicados em 2010 pelo jornal *Folha de São Paulo*. Como aparato teórico, recorre-se a estudos discursivos e de teorias da enunciação, sobretudo as considerações de Authier-Revuz (1998), sobre o discurso relatado, e Paredes (2000) acerca da interdiscursividade nos textos jornalísticos.

O interesse por esse *corpus* diz respeito à observação de que, na cobertura jornalística sobre educação, há pouca inserção de enunciados atribuídos aos agentes escolares em comparação àqueles provenientes de fontes oficiais; dessa forma, busca-se compreender como eles são articulados de modo a construir determinados discursos sobre avaliações externas e, por extensão, sobre a educação.

## Aspectos teóricos

Para os objetivos desta pesquisa, fazem-se relevantes as observações de Paredes (2000), autora segundo a qual o apoio em palavras de terceiros para a construção do texto é característica intrínseca aos gêneros jornalísticos, principalmente os comumente denominados informativos. O já-dito, que atravessa qualquer produção discursiva, no caso dos textos jornalísticos, é o ponto de apoio necessário para uma pretensa transmissão de informações. Fala-se a partir de pontos de vista, cujas fontes podem ou não ser expressas.

Para além das especificidades do jornalismo, os fenômenos de dupla enunciação, que incluem a inserção de palavras de terceiros em um enunciado, são uma temática bastante discutida, inclusive na educação básica, geralmente sob três possibilidades: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.

Nessa perspectiva tradicional, mais ligada à possibilidade de classificação, o que determina a maneira como as palavras do outro se inserem é sua separação ou não das do locutor e a manutenção ou não da forma original como algo foi dito (ou uma representação

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre em Letras: Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto; Prof<sup>ª</sup> assistente da Universidade do Estado da Bahia; Teixeira de Freitas, Bahia. E-mail: [drisb11@yahoo.com.br](mailto:drisb11@yahoo.com.br).

disso). Para os estudos discursivos, entretanto, o exame das maneiras e implicações de introduzir discursos outros possui especificidades que ultrapassam a categorização e recaem sobre aspectos como as ideologias subjacentes à escolha da voz citada, as formas de introdução, os limites da paráfrase, etc.

A insuficiência dessa tríade, discutida por Authier-Revuz (1998, p.133) também se coloca na conceituação da heterogeneidade mostrada, na medida em que ela não recobre todas as possibilidades pelas quais o discurso do outro pode se materializar de forma explícita, excluindo, por exemplo, o discurso direto livre e a modalização em discurso segundo. Para embasar essa crítica, Authier-Revuz (1998, p.135) fundamenta-se nos conceitos de dialogismo e interdiscurso, respectivamente de Bakhtin e Pêcheux.

Nos textos jornalísticos, o discurso relatado pode, ao menos declaradamente, mostrar-se como uma estratégia para transmitir objetividade, pluralidade de pontos de vista e veracidade nas informações transmitidas. Em alguns casos, como na abordagem dos resultados de avaliações externas, a indicação das informações contidas nos relatórios divulgados pelas instituições organizadoras caracteriza-se como informação imprescindível para o desenvolvimento do texto.

### **Análise dos dados**

Para a recolha do *corpus*, recorreu-se ao *Acervo Folha*, portal que reúne arquivos digitalizados do jornal desde 1921. As buscas foram feitas nas edições correspondentes a oito dias subsequentes à data de divulgação dos resultados: de 02 a 09 de julho de 2010, no caso do Ideb, e, de 08 a 15 de dezembro para o Pisa. Tal fato justifica-se pela tentativa de obter textos provenientes de todos os dias da semana, já que em cada dia publicam-se diferentes cadernos. Dado que se optou por concentrar as análises em notas e notícias, obtiveram-se treze sobre os resultados do Ideb e doze sobre o Pisa.

A partir desses dados, efetuaram-se análises a fim de verificar quais eram as vozes inseridas por meio do discurso relatado mais presentes nesses textos. Para tanto, efetuou-se a junção das mesmas em categorias e observou-se a quantidade de enunciados atribuídos a cada uma e a representatividade das mesmas nos textos. Os resultados obtidos podem ser vistos a seguir:

<b>Categoria</b>	<b>Total de enunciados atribuídos</b>	<b>Nº/percentual de textos em que está presente</b>
Governo e representantes	11	8 – 61,5%
Terceiro setor	5	3 – 23%
Agentes escolares	7	2 – 15,4%
Academia	3	2 – 15,4%
Voz genérica (especialistas)	1	1 – 7,7%

Tabela 1: Frequência das fontes sobre o Ideb, organizadas por categorias, em notas e notícias

<b>Categoria</b>	<b>Total de enunciados atribuídos</b>	<b>Nº/percentual de textos em que está presente</b>
Governo e representantes	8	6 – 46,15
Organizações internacionais	8	6 – 46,15
Terceiro setor	11	5 – 38,4%
Academia	7	5 – 38,4%
Agentes escolares	6	2 – 15,4%
Voz genérica (especialistas)	1	1 – 7,7%

Tabela 2: Frequência das fontes sobre o Pisa, organizadas por categorias, em notas e notícias

Em ambos os casos, constatou-se a predominância das fontes ligadas de alguma forma ao governo para discutir os resultados das avaliações. A esse respeito, vale retomar Paredes (2000) quando afirma que as palavras do outro em textos jornalísticos podem ser inseridas como fonte informativa para a notícia ou como a própria notícia. Posto que os textos, principalmente os sobre o Ideb, têm como origem a divulgação de dados oficiais efetuada por órgãos públicos, a premissa de se ouvir todos os lados envolvidos em um fato conduz necessariamente ao governo. No caso do Pisa, que não é organizado pelo governo brasileiro, vê-se com frequência a referência às organizações internacionais, nas quais se incluem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou seu próprio relatório.

O uso de fontes ligadas ao governo para abordar questões educacionais em textos jornalísticos já foi discutido em outras pesquisas. Em relatório divulgado pela Andi (2005), sobre textos publicados por jornais brasileiros em 2004 cujo tema central ou secundário era a educação, constata-se que “as fontes oficiais são as mais ouvidas pelos jornalistas. Juntos, o Executivo Federal e o Ministério da Educação correspondem a 22,7% das vozes consultadas na cobertura” (ANDI; MEC; UNESCO, 2005, p. 15). A publicação também aponta para uma predominância do governo como um dos atores mais inseridos nos textos, não necessariamente como fonte, mas como ponto de partida para críticas e comentários. Essa concentração é avaliada como negativa, pois:

A concentração no governo tem como efeito o alijamento ou a desconsideração da importância de outros atores envolvidos no processo educacional. Os pais, por exemplo, que poderiam ser ouvidos quando está em questão a qualidade de ensino ou outros temas mais fundamentais da área, costumam ser consultados para tratarem de casos individuais, como situações de dificuldade [...] (ANDI; MEC; UNESCO, 2005, p.44).

Enquanto fonte de informações oficiais acerca das avaliações, governo e representantes, bem como organizações internacionais, desempenham papéis semelhantes na condição de disseminadores dos resultados. Logo em seguida, vêm as instituições de terceiro setor, organizações cuja inserção nos textos imprime-lhes um caráter não somente de credibilidade, mas de excelência profissional. Seus enunciados com frequência posicionam-se de forma crítica frente aos resultados apresentados pelos relatórios oficiais e apresentam sugestões para melhoria do quadro educacional brasileiro.

Se, em número de textos em que estão presentes, o terceiro setor tem espaço reduzido em relação ao governo e às organizações internacionais, há mais trechos de sua origem em discurso relatado. Essa constatação e o fato de, em comparação à abordagem do Ideb, sua presença ser numericamente mais significativa permite supor que, por ser uma avaliação internacional, há maior predisposição para inserção de locutores desvinculados das esferas públicas, como capazes de indicar caminhos de sucesso.

### **Considerações finais**

A partir dos dados expostos, percebe-se que, nos textos analisados, a cobertura jornalística privilegia a presença de vozes em discurso relatado advindas das esferas governamentais e do terceiro setor, em detrimento de agentes escolares e academia. Tal disposição não significa necessariamente que os discursos propagados nos textos sejam mais próximos de determinadas categorias, mas oferecem indícios para pensar que, ao se discutir educação, determinadas esferas têm sua voz autorizada pelos jornais, ao passo que outras tendem a ser faladas.

### **Referências**

ANDI; MEC; UNESCO. **A educação na imprensa brasileira**. Responsabilidade e Qualidade da Informação. Brasília: Agência de Notícias do Direito da Infância e Ministério da Educação, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PAREDES, Elena Méndez Garía de. Análisis de las formas de introducir el discurso ajeno en los textos periodísticos: el contexto reproductor. **Lengua, discurso, texto**: I Simposio Internacional de Análisis del Discurso, volume II. Madrid, p 2081-2098. 2000.

PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES. **Resultados nacionais Pisa 2009**. Brasília: Inep/MEC, 2012. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2012/relatorio\\_nacional\\_pisa\\_2009.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2012/relatorio_nacional_pisa_2009.pdf)>.

Acesso em: 10 dez. 2013.